



Ata da reunião ordinária de Assembleia Municipal realizada a 27 de dezembro de 2013

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, pelas vinte e uma horas, realizou-se no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, convocada pela sua Presidente, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1º. Ponto - Tomada de posse do Conselho Municipal de Segurança
- 2º. Ponto – Discussão e deliberação da Proposta de Alterações ao Regimento da Assembleia Municipal
- 3º. Ponto – Proposta de deliberação do Orçamento Municipal e Documentos Previsionais/2014
- 4º. Ponto – Proposta de Contrato de Delegação de Competências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia/2014
- 5º. Ponto – Proposta de Participação do IRS/2014
- 6º. Ponto – Proposta de Derrama sobre o IRC/2014
- 7º. Ponto – Proposta de Autorização para Compromissos Plurianuais/2014
- 8º. Ponto - QREN – Empréstimos – Quadro
- 9º. Ponto – Proposta de Regulamento Geral de Taxas e Licenças Municipais/2014
- 10º. Ponto – Proposta de Mapa de Pessoal/2014
- 11º. Ponto – Proposta de nomeação de Revisor Oficial de Contas
- 12º. Ponto – Informação da Atividade da Câmara Municipal

Deu início aos trabalhos da sessão a Sra. Presidente da Assembleia Municipal cumprimentando todos os presentes, manifestando o desejo de que todos tivessem aproveitado a quadra natalícia, o melhor possível.

De seguida, a mesa procedeu à chamada verificando-se a presença dos seguintes eleitos:

Alexandre Júlio Vinagre Pirata, António Joaquim da Silva Danado, António Luis Pinto Xavier, António Manuel Bernardo Fitas, Augusto Francisco Rebotim Pascoal, Beatriz Maria Varela Maltês da Visitação, Celeste de Jesus General Leirias, Dário Miguel Tregeira Coelho, Duarte Manuel Vicente da Luz, Guilherme Tomás Cebola de Almeida Franco, Joaquim Alberto Vidigal Galvão, Joaquim Isidoro Miguéns D'Abreu Bastos, José Carlos das Dores Zorrinho, José Maria Barroso Fernandes, José Vicente Grulha, Manuel António Coelho, Maria Helena Coelho Sabino Salvaterra, Orlando Manuel Beldroega, Paula Cristina Pinto Martins, Paulo Dinis Nabais Arrifes, Pedro Manuel Pinto Bento, Rui Fernando Benavente Páscoa, Sandra Cristina Esperança Matias, Sílvia Cristina Gomes Soares, Sónia Cristina S. dos Ramos Anjinho Ferro, Susana do Carmo Cortiçadas

Roque Sofio

Picanço, Telmo Filipe Marques Caldeira e Vitalina da Conceição Pavia Roque Pires Sofio.

Estiveram ainda presentes nesta reunião, a Sra. Presidente da Câmara Municipal, Dr^a. Hortênsia Menino, as Sras. Vereadoras Susana Mendes e Palmira Catarro e os Srs. Vereadores António Pinetra, João Marques, Henrique Lopes e Olímpio Galvão.

Voltou a usar da palavra a Sra. Presidente da Assembleia, dando início ao período antes da ordem dia e questionando os eleitos na assembleia se pretendiam colocar alguma questão.

Pediu a palavra o eleito António Fitas para apresentar, em nome dos eleitos da CDU, uma proposta de moção sobre o Orçamento de Estado, solicitando que, a ser aprovada pela Assembleia Municipal, deverá a mesma ser enviada aos membros do Governo e comunicação social, a qual se transcreve de seguida:

“Considerando que o Orçamento de Estado para 2014:

- a) Conjugado com a nova Lei das Finanças Locais dele indissociável, acentua ainda mais redução da participação das autarquias nos recursos do Estado, redução esta brutal e absolutamente desproporcionada;*
- b) Reforça as medidas de tutela e de ingerência na gestão autárquica aprofundando o ataque à autonomia do Poder Local*
- c) Prossegue e aprofunda a degradação dos rendimentos, das condições de trabalho e das prestações sociais dos trabalhadores das autarquias no quadro do violento ataque continuado aos trabalhadores da função pública ao serviço público e ao regime democrático tal como o caracteriza a Constituição da República;*
- d) Induz estagnação e degrada as condições de desenvolvimento de atividades económicas, contribuindo para o empobrecimento do concelho e para o empobrecimento da população.*
- e) Visa limitar ou até negar direitos fundamentais como o acesso à saúde, à educação ou à proteção social.*
- f) Se constitui como um fator de aumento da exploração dos trabalhadores, da redução dos rendimentos dos reformados e de empobrecimento das famílias e ruína das PMEs em benefício e proteção dos interesses dos grupos económicos e capital financeiro.*

A Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, delibera:

- 1. Repudiar o esbulho dos recursos que o Estado deve colocar à disposição das autarquias com vista à manutenção e melhoria das condições de vida em comunidade das populações nos domínios da competência exclusiva ou dominante dos seus órgãos;*
- 2. Manifestar a sua solidariedade para com os trabalhadores das autarquias e, igualmente, para com todos os trabalhadores da administração pública, trabalhadores em geral, em especial para com os que perderam os seus empregos, reformados e pensionistas, cujas condições de vida e de trabalho se vêm progressivamente degradando e este Orçamento agrava;*
- 3. Reclamar medidas e políticas que desagravem a asfixia a que vêm sendo condenadas as micro, pequenas e médias empresas e os pequenos agricultores e camponeses, possibilitem e estimulem o crescimento económico e o desenvolvimento em geral;*
- 4. Exigir o fim do ataque ao serviço público, da delapidação dos recursos e do património público, particularmente através da política ruinosa de privatização de tudo o que é público e rentável, como a água e saneamento, os resíduos sólidos urbanos, a ANA ou os CTT, entre outras empresas.”*

Para se pronunciar acerca do documento apresentado, pediu a palavra o eleito Manuel Coelho, desejando inicialmente um Bom Ano de 2014 para todos e referindo que

No que se fez

votará a favor do mesmo, apesar de discordar de algumas afirmações que nele constam.

Interveio de seguida, a eleita Sónia Ferro, para referir que votará contra a proposta, apesar de reconhecer que, como trabalhadora da Administração Pública, também ela será atingida pelas medidas penosas previstas para 2014, ali mencionadas. No entanto, justificando o seu voto, referiu não concordar com o modo como está redigida, para além de que, na sua opinião os eleitos pela CDU, ao proporem a deliberação de valores de derrama no seu máximo, estão em total contradição com o que apresentam na moção, quando a mesma refere a asfixia das pequenas e médias empresas, sendo que, a Câmara poderia assim apoiar as pequenas e médias empresas do concelho, também estas com grandes dificuldades.

Interveio de seguida o eleito António Xavier, afirmando que também ele irá votar contra a moção apresentada, mencionando que na sua opinião a Câmara poderia abdicar do valor que obtém através da derrama do IRC, contribuindo para conduzir ao crescimento da economia e das pequenas empresas locais.

Pediu a palavra o eleito José Carlos Zorrinho, informando que no conjunto, os eleitos pelo Partido Socialista irão votar a favor da moção. Considerou em termos de balanço, que o ano que agora termina foi um ano difícil, ocorreram alterações a diversos níveis; houve uma renovação democrática no concelho; a nível nacional diminuiu a riqueza criada, diminuíram as oportunidades de emprego, a classe média é quase inexistente, a emigração aumenta a cada dia e não se perspetivam soluções concretas para este flagelo.

Referiu ainda que nenhum dos últimos orçamentos de Estado respeitou o Estado de direito, a existência de uma sociedade solidária baseada no direito que a todos assiste de ter acesso à saúde, à proteção social, à educação, o que no nosso país, é na realidade cada vez mais difícil. E é neste contexto, que as autarquias locais têm um papel, cada vez mais importante.

Concretamente e quanto ao documento apresentado, afirmou que mais importante que votar moções é apresentar soluções concretas, para que em termos locais, possamos minorar estes efeitos que atingem todo o país. Ainda assim, votarão a favor desta moção, apesar de não concordarem totalmente com a maneira como está redigida, clarifica o seu sentido de voto, porque também os eleitos do Partido Socialista estão preocupados com as dificuldades que atravessamos. Finalizou a sua intervenção desejando a todos um bom ano autárquico, em que cada um deverá dar o seu contributo, como oposição, pois foi nesse sentido que foram eleitos para esta assembleia, em representação dos montemorenses.

De seguida, a Sra. Presidente da assembleia colocou a votação a moção apresentada.

Deliberação: Aprovada por maioria, com vinte e seis votos favoráveis dos eleitos da CDU e do PS e dois votos contra dos eleitos do PSD e CDS.

Foi ainda deliberado enviar o documento aprovado a todos os órgãos do Poder Central e à comunicação social.

Ainda no período antes da ordem do dia, pediu a palavra o eleito Augusto Pessoal, para colocar duas questões. A primeira relacionada com a necessidade de uma intervenção urgente, por parte do Município, na reparação de estradas municipais, mais concretamente na área da freguesia da União das freguesias de Cortiçadas de

No que sou

Lavre e Lavre, onde ocorrem frequentemente danos em viaturas. A segunda questão, dizia respeito ao Cemitério de Cortiçadas de Lavre, manifestando a sua preocupação, dado que o mesmo tem no momento apenas disponíveis duas campas. Solicitou, nesse sentido, maior celeridade no processo de negociação que decorre com os proprietários dos terrenos, com vista à obra de alargamento do cemitério, a curto prazo.

Reportando-se ao documento do orçamento municipal que foi distribuído, afirma que após análise verificou que este não prevê a realização de quaisquer obras de reparação de caminhos rurais para 2014, questionando o executivo camarário, para quando estarão as mesmas previstas.

Interveio, logo após, a eleita Sónia Ferro, referindo ter tido conhecimento que também o Cemitério da Courela da Pedreira estará no seu limite de capacidade e questionando o executivo da câmara, se realmente é essa a situação. No que respeita, à obra de construção no Centro Escolar, questionou a Sra. Presidente da Câmara, sobre qual a razão para estar aparentemente parada, há já algum tempo, se isso tem a ver com o empreiteiro e se a mesma estará dentro do prazo previsto para a sua execução.

Pedi a palavra o eleito António Xavier para, também ele interrogar o executivo, sobre a necessidade urgente de reparação das estradas rurais, nomeadamente o acesso ao Moinho do Ananil, na sua opinião esta manutenção deveria ser realizada antes do período de chuvas, como meio de prevenção. Manifestou também grande preocupação pela ocupação que alguns jovens fazem das antigas piscinas desativadas, a qual poderá conduzir a acidentes graves, sugerindo a colocação de uma vedação, de forma a impedir o acesso. Por último, questionou ainda a Câmara Municipal sobre qual o motivo para ocorrerem frequentemente cortes no abastecimento de água, na cidade.

Usou da palavra a Sra. Presidente da Câmara Municipal manifestando votos de que 2014 possa ser um ano melhor, com o contributo de todos.

Em resposta às questões colocadas e no que respeita às intervenções a realizar na rede viária municipal, referiu que a Câmara tem feito o possível, dadas as reduções obrigatórias em termos de funcionários, assim como dos meios financeiros. Estão identificadas as prioridades de intervenção, contudo os cortes orçamentais impedem-nos de fazer intervenções durante o ano de 2014. Referiu de seguida, sobre o cemitério de Cortiçadas de Lavre, que estão a decorrer as negociações com os proprietários, dado que sem haver acordo, a Câmara terá que avançar para um processo de expropriação, que é bastante mais moroso. Referiu ainda que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre também já tinha alertado para esta situação. Informou ainda o presente, que está a decorrer a obra de ampliação do Cemitério da Courela da Pedreira. Em resposta à questão colocada pela eleita Sónia Ferro, referiu que a obra do Centro Escolar esteve parada porque houve necessidade de rever o projeto, sendo que se prevê que a obra seja retomada no início do mês de Janeiro.

Quanto ao espaço das antigas piscinas e sendo o mesmo da propriedade do Ministério da Educação, o Município já manifestou interesse de o adquirir, sendo intenção transformar aquela zona num parque para atividades radicais dirigidas à juventude, continuando a Câmara a aguardar confirmação da cedência ou não, por parte daquele Ministério.

De seguida, informou que todas as interrupções no fornecimento de água no ano de 2013, a que o eleito António Xavier se referiu, foram programadas e ocorreram no âmbito das obras integradas no Programa Montemor Pedra a Pedra, as quais foram muito importantes para melhorar e reforçar as infraestruturas existentes.

Pediu mais uma vez a palavra a eleita Sónia Ferro, questionando de novo a Sra. Presidente da Câmara se a interrupção na obra do Centro Escolar se deve ao facto de estar a ser revisto o projeto de arquitetura. Disse que gostaria ainda de saber quem é o responsável pelo referido projeto e qual a razão que levou a ser feita esta revisão nesta fase de conclusão da obra.

O eleito António Xavier, perguntou de novo quais são as estradas que estão já identificadas para futura intervenção e referiu que na sua opinião a Câmara, ainda que não sendo a proprietária do espaço, poderá ainda assim, como medida de prevenção, proceder à instalação de vedação nos muros envolventes (da antiga piscina).

Pediu para intervir de novo o eleito Augusto Pascoal, afirmando ter conhecimento que o processo de negociação dos terrenos adjacentes ao cemitério em Cortiçadas de Lavre, decorrem acerca de cinco anos e a ampliação do cemitério, neste momento, é obra que carece de realização a curto prazo. Questiona ainda, o executivo que mais importante que saber quais as vias que estão sinalizadas, é saber para quando está prevista essa intervenção.

Em resposta, a Sra. Presidente da Câmara informou os presentes que se detetou durante a obra do Centro Escolar haver necessidade de rever o projeto de segurança, o qual foi elaborado ao abrigo de legislação anterior, que se deveu ao facto de ter decorrido um grande espaço de tempo entre a elaboração dos projetos, o lançamento do concurso e o início da obra. Neste momento, todas as alterações já foram feitas e a obra vai ser retomada.

Ainda no uso da palavra referiu que não é do conhecimento da Câmara Municipal que o espaço das antigas piscinas esteja a ser alvo de entradas forçadas, sendo que qualquer intervenção naquele local carece de aval por parte do Ministério, como proprietário, o qual já foi solicitado.

Relativamente às questões colocadas pelo eleito Augusto Pascoal, afirmou ter noção da urgência da obra de ampliação do cemitério e que de momento não há previsão para quando as intervenções a realizar na rede viária naquela freguesia, dado que é necessário dar resposta a mais de seiscentos quilómetros de vias, que envolvem um grande volume de investimento.

De seguida pediu para intervir o eleito Joaquim Galvão e em nome do Partido Socialista manifestou votos de parabéns à União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Bispo e Silveiras que em parceria com a Associação Ficha Tripla e com o comércio local, realizou a iniciativa "Por aqui há Natal", que consideram ter sido um grande sucesso, uma mais-valia para a cidade e para comércio local, sendo também do agrado da população, em especial das crianças.

Dado não haver mais questões neste ponto antes da ordem do dia, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal informou que a última ata referente ao mandato anterior, ainda em falta, será apresentada na próxima sessão. De seguida colocou à votação a proposta de ata enviada, respeitante à reunião extraordinária de Assembleia Municipal de 22 de Novembro de 2013, a qual foi aprovada por unanimidade.

13/9/2013

1º. Ponto – Tomada de posse do Conselho Municipal de Segurança

Dando início à Ordem de Trabalhos a Sra. Presidente da Assembleia Municipal informou que o primeiro ponto será a tomada de posse dos elementos que farão parte do Conselho Municipal de Segurança dado ser uma competência da Assembleia Municipal. De seguida a mesa chamou os respetivos elementos para prestarem juramento.

2º. Ponto – Discussão e deliberação da Proposta de Alterações ao Regimento da Assembleia Municipal

Dando continuidade à ordem de trabalhos, a Sra. Presidente da Assembleia colocou à discussão a proposta de alterações ao Regimento da Assembleia Municipal, referindo que no documento distribuído estão devidamente assinalados os artigos em que ocorreram essas alterações.

Questionou de seguida os eleitos sobre qual seria melhor forma de análise, ponto por ponto, na generalidade, ou de outro modo considerado mais eficaz.

Sobre este assunto, pediu a palavra o Sr. António Danado, dizendo que uma vez que o documento foi elaborado por um grupo de trabalho, com representantes de todas as forças políticas, considera não ser necessário uma nova discussão.

Pediu a palavra o eleito José Carlos Zorrinho, afirmando que na sua opinião, apenas seria necessário uma votação final do documento.

E não havendo mais intervenções, a Sra. Presidente colocou o documento a votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade a Proposta de alterações ao Regimento. Aprovado por unanimidade o novo Regimento da Assembleia Municipal.

3º. Ponto – Proposta de deliberação do Orçamento Municipal e Documentos Previsionais/2014

Interveio de novo, a Sra. Presidente da Assembleia para colocar à discussão o documento a que se refere o terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, o qual foi aprovado por maioria em reunião de Câmara extraordinária do passado dia dezassete de dezembro de dois mil e treze.

Interveio a Sra. Presidente da Câmara, fazendo uma breve introdução ao orçamento municipal, o qual é apresentado, referiu, numa fase que o país atravessa de enorme recessão económica, aumento do desemprego (com maior incidência na classe jovem) e insegurança no emprego.

Neste contexto, também as autarquias locais, se encontram numa situação delicada, uma vez que as suas receitas vêm sendo diminuídas ano após ano. Como consequência, são muitas as restrições à autonomia municipal, o que se traduz numa redução drástica do investimento municipal. Em nome do município, manifestou todo o empenho e vontade em contribuir para a criação de melhores condições económicas, sociais e culturais para todos os montemorenses, assim como na defesa do Serviço Público. Salienta como prioridades do documento, a dinamização da economia local e do emprego, a captação de investimentos, o Programa Mor solidário e a área social, o apoio ao Movimento Associativo e às Juntas de Freguesia de acordo com os recursos disponíveis.

Sobre este ponto pediu a palavra o eleito Pedro Bento, cumprimentando os presentes apresentando o documento que de seguida se transcreve:

No que Sofu

*“Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo
Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal de Montemor-Novo
Exmos. senhores Vereadores da Câmara Municipal de Montemor-Novo
Exmos. membros eleitos da Assembleia Municipal de Montemor- Novo
Minhas Senhoras e meus Senhores.*

Votaremos em breve as Grande Opções do Plano e o Orçamento Municipal para o ano de 2014. Montemor merecia mais e melhor!

Vivemos tempos de crise financeira, económica e social. Tempos esses que exigem respostas globais, sérias, inovadoras e progressistas, que possam fazer com que todos os montemorenses ultrapassem da melhor forma este período difícil.

Na sua globalidade, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Municipal para 2014 apresentados, por si só, não constituem uma política de respostas eficazes aos desafios que Montemor e os montemorenses têm pela frente. Não são a resposta que aqueles que se encontram em situação de maior fragilidade necessitam e não apresentam os meios que possam conseguir evitar que outros venham a cair também em situações de maior fragilidade.

Num momento em que os municípios necessitam de respostas dos poderes públicos para os novos problemas com que se deparam, e ao mesmo tempo que do Governo PSD/CDS apenas recebem notícias de redução na sua qualidade de vida, da sua Câmara Municipal os montemorenses têm apenas uma resposta geral de continuidade para os problemas anteriormente conhecidos.

Senhora Presidente

*Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal de Montemor-Novo
É, no entanto, com relativa satisfação que a bancada do Partido Socialista desta Assembleia Municipal, verifica que algumas das 27 propostas apresentadas pelos senhores vereadores do Partido Socialista foram parcialmente integradas no documento das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal.*

- Embora somente em estudo de viabilidade, a intenção de apoio à criação de um matadouro é um bom indicador. O nosso concelho tem o maior encabeçamento de gado bovino do país; tem uma das maiores suiniculturas da Europa e tem uma expressão enorme na produção de gado ovino e de porco preto. É imprescindível que todo este potencial seja aproveitado para a criação de cadeias a jusante da produção animal.*
- Também a requalificação do Cine-Teatro Curvo Semedo, defendida pelos vereadores do PS, é outra das propostas contempladas no documento.*
- Assim como o Programa de Apoio à recuperação de habitação e a criação de uma bolsa de habitação social.*
- Também o plano de reorganização do trânsito em todo o concelho e a criação de um sistema de gestão integrada de mobilidade com o peão no centro das decisões é outra das intenções apreciadas nas Grandes Opções do Plano e desde sempre defendidas pelo Partido Socialista.*

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Membros desta Assembleia Municipal

Como foi referido logo no início, Montemor merecia mais e melhor!

No âmbito do desenvolvimento económico urge a necessidade de criar melhores condições para que haja desenvolvimento e progresso em Montemor-Novo. Porque é

que não se isenta fiscalmente as empresas da derrama sobre o IRC ? Porque é que não se alarga a todo o concelho e não apenas à Zona Industrial da ADUA, o benefício fiscal sobre esse mesmo imposto?

Não podemos desperdiçar a ótima localização geográfica do nosso concelho. Montemor é hoje um ponto-chave no trânsito rodoviário de mercadorias e passageiros a sul do Tejo. A Camara Municipal deve ter como prioridade de agenda um programa de diplomacia económica que permita colocar os seus meios à disposição de quem traga emprego e progresso à população. Não basta uma agenda de reivindicações, é preciso persuadir e argumentar para convencer. É prioritário uma política de diálogo com instituições, como por exemplo a AICEP.

Há também pouco apoio à iniciativa privada, fator essencial, em conjunto com o associativismo empresarial e cooperativo, para o desenvolvimento económico de Montemor-Novo.

É fundamental promover Montemor à escala nacional e internacional. É importante desenvolver eventos relacionados com o Mundo Rural, transformando o nosso concelho como uma das Portas do Alentejo, onde se discutirão as diferentes utilizações do solo e da paisagem, com mostras de produtos de excelência como são os casos dos vinhos, do azeite, do queijo, dos licores e do mel. Ecologia, ambiente, gastronomia, turismo, arte e lazer, ligadas ao espaço rural trariam muito público a Montemor e muitas oportunidades de negócio. Neste aspeto a reativação da Feira de Maio, pode desempenhar um papel de grande importância. Será a grande montra da cultura montemorense, onde os agentes culturais do concelho poderiam mostrar o seu valor e as suas atividades. Juntamente com a tauromaquia, este seria o evento cultural exclusivo dos montemorenses.

Mas há mais propostas de desenvolvimento económico que não estão nas Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal de 2014:

- Promover a instalação de um polo profissional em Montemor com cursos ligados à agricultura e turismo;

- Desenvolver o EcoTurismo na Barragem dos Minutos. O maior espelho de água totalmente localizado no concelho tem condições excecionais para este tipo de turismo que constitui atualmente um importante segmento da atividade turística, encontrando-se em fase de grande desenvolvimento a nível mundial.

- Montemor deve ser visto como destino turístico de qualidade. O Castelo é o principal ponto que atrai muitos dos que passam pela cidade, mas que, ao entrarem nas muralhas ficam desiludidos com o aspeto interior e o abandono de muitas zonas que deveriam estar limpas, cuidadas e convidativas à descoberta. Neste aspecto a Camara Municipal não pode estar eternamente à espera de apoios governamentais, quando existem medidas locais, que com vontade política, poderão ser executadas com os meios próprios.

Na área social, foi, pelos vereadores do Partido Socialista, defendido a criação de um "Fundo de Emergência Social" para dar apoio extraordinário e pontual a munícipes afetados pela crise económica e social. Não é com a intenção de substituir as funções e competências da Segurança Social nem de instituições do concelho, mas sim a de criar uma solução transitória e pontual para situações de risco eminente com urgência de intervenção. Serviria para situações de carência provisória essencialmente no que diz respeito a bens básicos como a falta de pagamento das faturas de água, luz, habitação

Hoje só foi

ou até acesso a produtos farmacêuticos. Veja-se o exemplo da freguesia de Cabrela onde é aplicado programa idêntico com os excelentes resultados que todos conhecemos.

Defendemos que o Estado deve ser promotor de igualdade, mas se o Estado, por mera agenda ideológica de quem o gere, não promove essa igualdade remetendo as pessoas para situações pouco dignas, então o poder local tem de fazer tudo por tudo para não deixar ninguém para trás. São "políticas de proximidade" para com as populações, fundamentais em municípios de pequena/media dimensão como o nosso.

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Membros desta Assembleia Municipal

Nos campos da Saúde, Ambiente, Educação e Ordenamento e Gestão do Território, também há alguns aspetos a melhorar.

Na Saúde, é referido no documento que a competência municipal é "reduzida e complementar". Nada mais errado. A Organização Mundial da Saúde define Saúde como "o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de dor ou doença"

A mesma OMS define também Saneamento Básico como sendo "o controlo de todos os fatores do meio físico do homem que exercem um efeito negativo sobre o bem estar – físico, mental e social" ou seja, sobre a saúde!

As Camaras Municipais são por isso um dos principais e mais importantes promotores da saúde comunitária, quer através do abastecimento de água para consumo humano, quer através do tratamento das águas residuais.

Esta ideia de que as instituições do poder local são agentes de promoção de saúde sai reforçada no último relatório da OCDE para a área da saúde que nos diz que em média os "Ministérios da Saúde são responsáveis apenas por 8% da saúde das pessoas".

Mas em Montemor ainda estamos a falar no não tratamento de esgotos em pleno século XXI, o que é muito grave. Veja-se o exemplo nas freguesias de Ciborro, Lavre e ate mesma na cidade de Montemor. Quando deveríamos estar preocupados a discutir técnicas para melhorar o tratamento de águas residuais, estamos preocupados com o facto de que no nosso concelho existem esgotos que não são tratados e que correm a céu aberto para as linhas de água. E isto é um grave problema de saúde. De Saúde Publica em 1º plano mas também um grave problema ambiental.

Tal como está no documento das Grandes Opções do Plano, também nós defendemos a gestão pública da água e do saneamento, mas a responsabilidade de quem gere não pode ser jogada fora. E no principal e mais importante serviço publico que a Camara Municipal de Montemor pode prestar aos seus munícipes, abastecimento de água e tratamento das águas residuais, este é feito de forma deficiente e defeituoso. É caso para dizer: "Olha para o que eu digo, não olhes para o que eu faço"

Nos instrumentos de gestão territorial é fundamental e com caracter de urgência a elaboração e execução do Plano de Ordenamento para a Barragem dos Minutos. A Barragem dos Minutos, sendo classificada como albufeira de aguas publicas, já deveria ter sido alvo de um plano de ordenamento, instrumento essencial para disciplinar, proteger, desenvolver e compatibilizar um conjunto de atividades incluindo as de lazer, recreio e turismo, evitando a degradação do equilíbrio ambiental e salvaguardando as finalidades principais desta barragem: rega e futuro abastecimento público do concelho de Montemor.

169 ue So fu

Ainda na área do ordenamento do território, em Montemor-Novo existem 2 sítios de importância comunitária: o Sítio de Monfurado e o Sítio de Cabrela. Salta à vista a falta do Plano de Intervenção no Espaço Rural do Sítio de Cabrela. A situação poderia ser remediada se no Plano Diretor Municipal existissem medidas de gestão do uso do solo para a área do Sítio de Cabrela. Lamentavelmente isso não se verifica.

Na Educação, a Camara Municipal não se pode limitar à gestão das instalações e equipamentos das escolas do ensino pré-escolar e escolas do 1º ciclo. A autarquia tem de ter capacidade interventiva. Deve ser o elo de ligação entre as instituições da tutela e a comunidade escolar, apoiando programas e planos, por exemplo, de educação para a saúde ou educação ambiental, acompanhando a execução do Programa Nacional de Saúde Escolar.

Deveria também ser reforçado e assegurado a promoção regular de atividades nas escolas, incentivando as visitas frequentes a museus, centros de ciência e outros espaços culturais, apoiando as deslocações mediante candidaturas.

A segurança nos estabelecimentos de ensino deveria ser uma das prioridades da autarquia. Assim como a dinamização da intervenção dos jovens incentivando-os à realização de trabalhos sobre a melhoria do funcionamento da cidade e das suas freguesias, promovendo o debate de propostas que surjam na Camara Municipal.

Mas há mais!

As Grandes Opções do Plano poderiam e deveriam ir mais longe em áreas como a Cultura e o Desporto.

Montemor precisa de um cinema permanente. Precisa de vida cinéfila, alargada também as freguesias rurais. O cinema funciona como instrumento de aprendizagem promovendo uma leitura crítica do mundo. O cinema é uma forma de sociabilização, provoca praticamente todos os nossos sistemas sensoriais e funciona como uma síntese de todas as artes. É impensável numa cidade da dimensão de Montemor os seus municípios não terem acesso local a programação permanente de cinema.

No Desporto a criação de espaços ao ar livre com equipamentos que possibilitam o exercício físico levará à adoção de práticas de vida saudáveis. De salientar também que as duas equipas do concelho que estão na divisão de elite do campeonato distrital da Associação de Futebol de Évora, são as únicas com área de jogo de terra batida.

Dotar os recintos desportivos do concelho com relva sintética, acompanhando a tendência da maioria dos concelhos do distrito, promove e incentiva à prática desportiva, particularmente dos mais novos, nos escalões de formação, das escolas e das escolinhas.

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Membros desta Assembleia Municipal

Termino com uma proposta dos eleitos do Partido Socialista, proposta essa que constava também no programa autárquico do partido em maioria na Camara Municipal, mas que não há qualquer referência nas Grandes Opções do Plano. O Sistema de transportes públicos. Criar uma rede de transportes públicos era fundamental, particularmente, para aqueles que dela mais necessitam: a nossa população idosa. Essa rede deveria percorrer a cidade e interagir também com as freguesias rurais. Tomamos como exemplo a distancia entre o Centro Histórico (habitado maioritariamente por pessoas idosas) e o novo Centro de Saúde a inaugurar brevemente.

Não que Sofia

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal de Montemor-Novo
Analisando em detalhe as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Municipal de 2014, conseguimos encontrar algumas ideias positivas e boas intenções para o bem-estar da população de Montemor.

O nosso sentido de voto será o da abstenção. Mas Montemor, e voltamos a repetir, merecia mais e melhor e é por isso que a Bancada do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal compromete-se a fiscalizar de uma forma rigorosa e eficaz a execução quer das Grandes Opções do Plano, quer a execução do Orçamento Municipal, defendendo sempre os interesses comuns de todos os montemorenses.”

Interveio seguidamente a eleita Sónia Ferro afirmando que votará contra o orçamento e também contra as Grandes Opções do Plano, pois não concorda com as prioridades ali delineadas, nem com as verbas atribuídas, salientando que nenhum dos documentos é sinónimo de uma democracia participada. Refere ainda que uma vez que o valor total do orçamento reduziu relativamente ao anterior, o Município tem uma responsabilidade acrescida, no sentido de o redistribuir o melhor possível. Citando alguns exemplos, considera que o Programa Morsolidário merecia uma verba maior, enquanto que para a rubrica “Estudos e Projetos” não seria necessária uma verba tão elevada, o que já acontece há vários anos.

Questionou que tipo de recuperação está prevista para o Convento de S. Francisco e também, sobre o ponto de situação relativamente ao projeto para o Convento da Saudação, já delineado no anterior mandato.

Disse considerar que não se justifica a Câmara estar ainda a projetar a realização de estudos e projetos para reabilitação de ETAR's, que são sempre de elevado valor, uma vez que essa competência foi transferida para a empresa Águas Públicas do Alentejo, no âmbito do projeto de parceria que foi estabelecido, pagando por isso uma quota anual.

Relativamente ao Moinho do Ananil, perguntou sobre qual o projeto previsto que será também financiado e ainda assim tem neste orçamento, uma verba tão elevada e que traga alguma mais valia para a nossa cidade.

Questionou ainda para quando está previsto o início da obra da construção da Oficina da Criança, uma vez que a mesma estará projetada há vinte anos.

Referiu que a obra de remodelação do Cine-Teatro Curvo Semedo vem sendo parte integrante de vários orçamentos municipais, assim como as rubricas definidas como projetos para essa mesma obra. O orçamento apresentado para deliberação, faz também referência a esse projeto, questionou se então será elaborado um novo projeto.

Ainda continuando a sua intervenção, a mesma eleita, salientou que a nível de ação social, o Município propõe disponibilizar uma quantia idêntica à destinada a publicidade.

Relembrou que todas as propostas hoje apresentadas pelos eleitos do PS, no que se refere à Feira de Maio, já o foram também pela Sra. Vereadora do PSD na Câmara Municipal, no entanto, não tiveram o aval por parte da CDU.

Para terminar, referiu que os eleitos do PS, não estão a demonstrar o papel de oposição, quando decidiram abster-se neste ponto tão importante dos trabalhos.

Ho que Sofu

Pedi a palavra, a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela, desejando a todos um bom mandato, em prol do concelho. De seguida, questionou a Sra. Presidente da Câmara Municipal, sobre qual será concretamente a intervenção prevista, neste orçamento, para beneficiação do sistema de abastecimento de água a Cabrela. Referindo de seguida, que diariamente é visível a perda de muitos litros de água devido ao facto do sistema não estar automatizado, o que é urgente.

Relativamente à reparação de estradas, relembrou que continua por responder uma reivindicação de há muitos anos daquela Junta de Freguesia, para reparação total do troço da EM 519 que faz a ligação Cabrela – Landeira, ocorrendo frequentemente acidentes. Uma das principais causas são as raízes dos pinheiros, que se encontram ao longo do referido troço.

Também o troço entre Vendas Novas e Cabrela, necessita de manutenção, devido ao grande volume de tráfego diário, para além de que a sinalização horizontal deveria ser reforçada.

Questionou ainda o executivo, para quando está prevista (uma vez que não está contemplada no documento em análise, a reparação da Rua João Joaquim Machado, que continua de terra batida, sendo o único acesso para quem utiliza o autocarro da Santa Casa da Misericórdia e para uma oficina.

De seguida usou da palavra o eleito António Xavier que salientou considerar o documento em apreciação, apenas um conjunto de ideias que já têm longos anos. Questionou o porquê da utilização frequente, no referido documento, das palavras “outros” e “outras”, uma vez que se referem a quantias muito elevadas. Deixou ainda proposta para criação do Conselho Municipal da Juventude, considerando ser uma proposta viável, no sentido de existir no concelho uma verdadeira democracia participada pelos jovens. Relativamente à Feira de Maio, propôs que seja uma Feira Agrícola, com exposição de produtos que fazem falta no nosso concelho, para apoio aos nossos produtores. Um investimento também bastante importante para o concelho e região seria a construção do matadouro. Disse também, que a construção da ETAR não carece de mais estudos, mas sim da sua execução. Continuou a sua intervenção, solicitando ao Município que fizesse uma melhor gestão e questionou os eleitos do PS sobre a sua decisão de se absterem relativamente a este ponto. Disse não entender porque se gasta tanto dinheiro em obras desnecessárias, referindo nomeadamente o arranjo do Rossio e a Rua do Quebra Costas, enquanto que, a manutenção de caminhos rurais continua por realizar.

Pedi a palavra o eleito José Grulha, em resposta ao eleito António Xavier, referiu que este desconhece decerto, que a obra do Rossio foi realizada com financiamento que o Município obteve, e que para isso, são necessários os estudos e projetos a que o eleito António Xavier se referiu.

De seguida, referiu que foram mencionadas, ao longo da sessão, diversas afirmações acerca de obras que têm sido orçamentadas e continuam por realizar, mas o que importa salientar são os cortes orçamentais, assim como as imposições a nível de redução de pessoal, implementados pelos vários governos, que têm impedido essa mesma concretização.

Na sua opinião, é imprescindível manter o apoio ao movimento associativa e à área social.

Interveio seguidamente a Sra. Presidente da Junta de Freguesia do Ciborro, pedindo alguns esclarecimentos ao executivo, no que respeita às ruas para as quais estão projetadas intervenções e para quando a sua realização. Afirmou ser urgente também a beneficiação do sistema de abastecimento de água àquela freguesia, relatando a existências de cortes quase diariamente. No que respeita à ETAR, questionou qual a solução para a mesma entrar em funcionamento, a curto prazo.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, usou da palavra afirmando que todas as obras que foram realizadas através da obtenção de financiamento tinham necessariamente de estar previstas em orçamento municipal. Informou ainda, que a extinta Junta de Nossa Senhora da Vila também realizou uma candidatura ao PRODER, no âmbito dos arranjos de caminhos rurais, a qual teve um custo elevadíssimo e a resposta foi que a mesma não era admitida, pois não se enquadrava na estratégia definida para esta região. Ainda no uso da palavra, afirmou que o Município tem tentado obter todos os apoios possíveis, para o investimento em obras (como por exemplo da Oficina da Criança). Também na área da cultura, da juventude, da educação têm sido feitos grandes investimentos. Quanto à área da saúde, tem havido atividades voltadas para as diversas classes etárias, com programas próprios, que não vêm definidas neste documento, mas é o Município que assegura as referidas atividades, enquanto competência sua.

Pedi a palavra o eleito Alexandre Pirata, afirmando que este é o orçamento possível, devido aos cortes impostos. Disse também considerar que os valores para apoio social deveriam ser maiores, mas não é possível. Sempre foi preocupação dos eleitos da CDU o tratamento dos efluentes da cidade, no entanto, todos os estudos e projetos têm sido rejeitados, ao longo dos anos.

Outro grande investimento com que os vários executivos da Câmara Municipal se têm debatido e que traria grandes benefícios, foi o abastecimento de água à cidade, a partir da Barragem dos Minutos. A construção da Oficina da Criança foi aprovada neste final de ano, sendo uma obra importante para o concelho.

Pedi a palavra o eleito Manuel Coelho para afirmar que cada um é livre de exercer o seu voto da maneira que melhor achar, não concordando com as atitudes de alguns eleitos.

Em resposta às questões colocadas, a Sra. Presidente da Câmara afirmou que também o Município gostaria de poder apresentar um outro orçamento, se tivesse mais recursos para o fazer. Está prevista a criação de um sistema de incentivo às empresas.

No que respeita à instalação de um polo de ensino profissional, disse que o Município está disponível para participar em projetos estratégicos e de orientação regional, que poderão conduzir a esse objectivo de futuro.

Referiu de seguida que, no que respeita ao castelo, as últimas intervenções de beneficiação ali ocorridas foram investimento do Município, ainda que financiadas, nomeadamente a iluminação da muralha, intervenções diversas de recuperação no Convento da Saudação e, mais recentemente, o acesso pela Rua do Quebra Costas e Condessa de Valenças. Quanto ao tratamento de efluentes, assim como, ao abastecimento de água, o que está previsto (no âmbito da adesão ao sistema supramunicipal) é uma delegação de competências na empresa "Águas Públicas do Alentejo" em que ocorrerão diversas intervenções na cidade e freguesias. De seguida,

em resposta à eleita Sónia Ferro, esclareceu que os valores existentes no PPI não coincidem em termos de valores com o orçamento. Todas as obras que aparecem descritas no documento em análise e que por vezes transitam de anteriores orçamentos, têm como justificação o facto de obrigatoriamente estarem inscritas, para que possam ser candidatas a possível financiamento.

Ainda no uso da palavra, a Sra Presidente informou que, para o Moinho do Ananil, está prevista a criação de um Núcleo Museológico, um Centro Interpretativo do Rio com atividades tradicionais e ainda a elaboração de um Protocolo com a Universidade de Évora para a realização de residências de investigadores. O valor orçamentado destina-se apenas a pequenas reparações.

Relativamente à obra de construção da Oficina da Criança, irá ser assinado o contrato de financiamento no início do próximo ano e de seguida iniciar-se-á a obra.

O Centro de Desporto Aeronáutico tem por finalidade potenciar o desporto aeronáutico, no sentido de dinamizar o concelho e que será realizado em parceria com uma associação local.

Em resposta à Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela informou que a verba inscrita será efetivamente para realizar a automatização do sistema de abastecimento, quanto aos arruamentos referidos só serão realizados caso haja meios financeiros para além dos do Município.

Relativamente ao Matadouro, o Município avançou com um estudo de viabilidade para a sua construção, além de terem decorrido diversas reuniões com a presença de produtores da região e da Apormor.

Em relação à obra do projeto Montemor Pedra à Pedra, esta foi co-financiada em 85% e foi decidido pelo executivo nesse contexto ser um investimento importante para a cidade.

Em resposta à Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Ciborro, informou que não está prevista, no ano de 2014, nenhuma intervenção em arruamentos para aquela freguesia. Disse também que é uma preocupação para o Município a questão do abastecimento de água, sendo que, se prevê uma intervenção no sentido de resolver os constantes cortes no fornecimento. A ETAR de Ciborro faz parte integrante do sistema de parceria, prevendo-se que possa estar inserida num dos próximos investimentos a concretizar.

Pedi de novo a palavra a eleita Sónia Ferro para afirmar que, se a Câmara tivesse intenção de captação de investimento para o concelho, traduzindo-se esse investimento em despesas correntes, teria também disponíveis mais meios financeiros para realização de obra, sem necessidade de recorrer frequentemente a financiamento. Relembrou ainda que o anterior executivo também já tinha justificado a razão pela qual aparecem projetos identificados ao longo dos anos em orçamento, sem efetiva concretização.

A Sra. Presidente da Câmara afirmou de seguida que, como se sabe, existem outras formas de concretizar investimento, como o recurso a empréstimos. No entanto são as condições impostas pela Lei das Finanças Locais e o Orçamento de Estado, à contração de empréstimos que são os principais impedimentos para que este orçamento, hoje aqui apresentado, não seja concretizado.

Pedi para intervir o eleito José Carlos Zorrinho para referir que perante a aprovação desta Lei das Finanças Locais, que veio reduzir claramente as transferências para os

Vaqueiro

Municípios, para além de que qualquer empréstimo será pago a uma taxa de juro muito elevada, aos Municípios não resta outra opção senão o recurso a financiamento. Interveio de novo a Sra. Presidente da Câmara para lembrar os eleitos que a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso vai impor novas regras a partir de um de Janeiro próximo.

E não havendo mais intervenções, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação este terceiro ponto.

Deliberação: Aprovada por maioria com dezassete votos a favor da CDU; dois votos contra do PSD e CDS e nove abstenções do PS.

4º. Ponto – Proposta de Contrato de Delegação de Competências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia/2014.

Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos a Sra Presidente da Câmara afirmou que, com a entrada em vigor do Novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, que acresce novas competências às Juntas de Freguesias, o Município não poderá transferir as mesmas verbas.

A mesma legislação prevê ainda a possibilidade de assinatura de um Acordo de Execução de transferência dessas Competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, cujo prazo terminará no mês de Maio, pelo que até esta data continuará a vigorar o Protocolo de Descentralização de Competências, que possibilitará às Juntas de Freguesia continuar desenvolver o seu trabalho em prol das populações.

Sobre este ponto, o eleito António Xavier interveio para solicitar o esclarecimento de algumas dúvidas quanto ao documento em análise.

De seguida a Sra. Presidente da Assembleia deu a palavra ao eleito Joaquim Bastos, o qual referiu que ao longo dos anos a Junta de Freguesia de Cabrela sempre fez uma análise criteriosa do documento, tendo apresentado, inclusive, propostas de alteração no sentido da sua valorização. Quanto ao documento, considerou que aquela Junta de Freguesia em termos de valores, sempre se sentiu lesada comparativamente a outras freguesias com os mesmos índices.

Pedi a palavra o eleito António Danado para referir que o documento terá que ser aprovado em Assembleia Municipal e ainda em Assembleia de Freguesia, sob pena de não poderem receber os valores das transferências. Estão a ser negociados entre a Associação Nacional de Freguesias e a Associação Nacional de Municípios quais os critérios para que se possam equilibrar os valores que cabem a cada freguesia. No que respeita ao cadastro rústico afirma que no nosso concelho, assim como um pouco por todo o país, algumas freguesias estão sem receber estes valores longos anos.

De seguida a Sra. Presidente da Câmara Municipal disse que este Protocolo tem critérios aprovados pelas freguesias há algum tempo atrás, numa outra realidade, considerando que existem alguns itens que exigem revisão, trabalho que já está a ser realizado e contará com a participação de todas as freguesias do concelho.

E não havendo mais questões, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

Foi apresentada pelos eleitos do PS uma Declaração de Voto, a qual se transcreve de seguida:

“Os eleitos do P.S. votaram a favor do Contrato de Delegação de Competências pelas seguintes razões:

1º.- Porque se trata de um documento provisório.

2º.- Porque o prazo de 180 dias é insuficiente para se fazer um documento completo e capaz.

3º.- Porque temos a garantia que seremos chamados a colaborar na elaboração do futuro Contrato de Delegação de Competências, contribuindo ativamente com as nossas propostas para a sua melhoria, garante da sua valorização.”

5º. Ponto – Proposta de Participação do IRS/2014

Interveio a Sra. Presidente da Câmara Municipal para referir que o Município propõe manter a taxa de 5% devidamente justificado nos documentos distribuídos.

Para falar deste ponto, pediu a palavra o eleito Joaquim Galvão que afirmou que foi proposto em reunião de Câmara pelos eleitos do PS que metade da verba fosse dividida pela população do concelho.

Pedi para intervir a eleita Sónia Ferro para afirmar que irá votar contra esta proposta, entregando uma declaração de voto, cujos argumentos são conhecidos e considerando que o Município deveria reduzir estas taxas fixadas no seu máximo legal, no sentido de tornar Montemor atrativo à fixação de jovens e de investimento.

O eleito António Xavier pediu a palavra para referir que concorda com as afirmações do eleito Joaquim Galvão e da eleita Sónia Ferro e ainda que o Município denuncia este Governo pelo aumento de impostos e depois fixa estes valores de IRS no seu máximo, não atraindo assim investimento para o concelho.

O eleito António Danado pediu a palavra considerando que foi manifestado pelos eleitos do PS que o seu sentido de voto seria contra, enquanto que a nível do país a mesma força política aprova o aumento do IVA e das reduções das pensões e de direitos. Salientou ainda que todas estas verbas são muito importantes para o Município, tendo em conta as reduções que lhe são impostas pelo governo.

De seguida a Sra. Presidente da Câmara referiu que a participação do IRS faz parte de um conjunto de recursos financeiros a que os Municípios têm direito por lei.

Deliberação: Aprovada por maioria com dezassete votos a favor da CDU e onze votos contra do PS, PSD e CDS.

Foi apresentada, pela eleita do PSD, a seguinte declaração de voto:

“A Deputada Municipal do PSD eleita na Assembleia Municipal, nos termos do artigo 17º nº2 alínea do ainda Regimento desta Assembleia, vem por este meio apresentar Declaração de Voto, Contra, o 5º. Ponto da ordem de trabalhos da presente AM, intitulada “Proposta de Participação do IRS/2014”, nos termos e com os seguintes fundamentos:

- 1. Se o executivo camarário da CDU critica o Governo pelo aumento de no IRS, com o pretexto de que o desagravamento fiscal não se faz de concelho para concelho;*
- 2. A participação fixada pelos Municípios pode e deve corresponder efectivamente a uma política integrada de fixação da população, mormente de mão-de-obra qualificada e jovem e foi sempre neste contexto que o PSD se pronunciou relativamente ao IRS;*

3. Refere a CM que o benefício obtido pelos munícipes é pouco ou nulo, e socialmente injusto no caso dos que auferem maiores rendimentos, argumento que de todo o PSD refuta, pois 5% pode corresponder, em termos absolutos, a valores significativos, que não compete ao Município classificar;
4. A participação no IRS não deve estar directamente relacionada com a qualidade dos serviços de atendimento ao cidadão, que assumem uma competência própria do Município,

Como tal, o PSD vota Contra a participação de 5% no IRS proposta pela CM. Deve a presente declaração de voto ser junta à ata da presente Assembleia Municipal, fazendo dela parte integrante."

De acordo com o Regimento da Assembleia, a Sra. Presidente da Assembleia questionou os eleitos se pretendiam continuar a sessão, dado ser meia-noite. Foi decidida a continuação dos trabalhos.

6º. Ponto – Proposta de Derrama sobre o IRC/2014

Relativamente a este ponto, o município propõe manter a taxa de 1,5% sobre o lucro tributável e uma redução de 0,5% para os sujeitos passivos com um volume de negócios até 150 000 euros.

Pediu a palavra, o eleito José Carlos Zorrinho, justificando o voto de abstenção no orçamento, uma vez que das vinte e sete propostas apresentadas pelos Srs. Vereadores do PS, algumas foram acolhidas, ainda que parcialmente, no sentido de melhorar a vida dos montemorenses. Também, quanto a este ponto em concreto, foi apresentada uma proposta de redução da taxa, que infelizmente não foi aceite. Sugeriu que a Câmara pudesse elaborar um plano estratégico atrativo que contemplasse uma proposta de isenção de derrama para 2015, para além de outras medidas de incentivos para o nosso concelho.

Fez uma intervenção de seguida a eleita Sónia Ferro revelando que o PSD votará contra esta proposta, entregando uma declaração de voto, por razões idênticas ao anterior imposto. Também já foi entregue um pacote de propostas idênticas pela bancada do PSD, no anterior mandato.

A Sra. presidente da Câmara referiu de seguida que do pacote de incentivos, a vigorar desde 1995, para a instalação na Zona Industrial da Adua faz parte o reembolso do valor da derrama pago nos primeiros cinco anos de atividade e, desde que, proporcionem a criação de pelo menos cinco pontos de trabalho.

Deliberação: Aprovada por maioria com dezassete votos a favor da CDU e onze votos contra do PS, PSD e CDS.

Foi apresentada pela eleita do PSD, uma declaração de voto, que se transcreve de seguida:

" A Deputada Municipal do PSD eleita na Assembleia Municipal, nos termos do artigo 17º nº2 alínea do ainda Regimento desta Assembleia, vem por este meio apresentar a presente Declaração de Voto, Contra, a 4ª Proposta apresentada, intitulada "Proposta de Derrama sobre o IRC/2014", nos termos e com os seguintes fundamentos:

1. A isenção da derrama pode assumir uma forma dos Municípios atraírem investimento e empresas para o seu concelho;
2. A CM de Montemor-o-Novo, nunca gizou uma estratégia nesse sentido;

3. *A derrama fixada pelo Municípios pode e deve corresponder efectivamente a uma política empresarial, combinada com outros incentivos, mormente numa situação económica como a que atravessamos, em que toda a ajuda aos empresários é bem-vinda;*
4. *A CM fixa pelo máximo legal a derrama para 2014, Como tal, o PSD vota Contra a fixação da derrama com a taxa de 1,5% proposta pela CM. Deve a presente declaração de voto ser junta à ata da presente Assembleia Municipal, fazendo dela parte integrante."*

7º. Ponto – Proposta de Autorização para Compromissos Plurianuais/2014

Como introdução a este ponto a Sra. Presidente da Câmara Municipal referiu que é apresentada uma proposta para autorização de Compromissos Plurianuais, de acordo com as regras permitidas pela legislação.

E não havendo mais pedidos de intervenção a Sra. Presidente da Assembleia colocou o documento a votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade

8º. Ponto – QREN – Empréstimos – Quadro

A Sra. Presidente da Câmara informou que este documento surge na sequência da autorização, pela Assembleia Municipal, dos pedidos de empréstimos e para os quais ainda não obteve resposta. Uma vez que as obras já estão em fase de conclusão, solicita-se à Assembleia que decida agora sobre a sua anulação.

Pediu a palavra a eleita Sónia Ferro solicitando o esclarecimento de dúvidas sobre o documento, nomeadamente qual a intervenção do Tribunal de Contas neste processo. O eleito António Xavier questionou também a Sra. Presidente da Câmara, sobre qual a razão para que não tenha sido obtido o visto do Tribunal de Contas e se as obras irão parar enquanto aguardam novo empréstimo.

Interveio de seguida o eleito Joaquim Galvão para informar que os eleitos do PS se irão abster na votação deste ponto, afirmando que a Câmara não necessita, neste contexto, destes empréstimos, atendendo a que todas as obras identificadas já se encontram concluídas e algumas até inauguradas. No entanto, considerou que se os empréstimos tivessem sido aplicados e ainda que se tivessem de pagar os respetivos juros, isso poderia ter sido benéfico para a realização de outros investimentos em prol do concelho.

A Sra Presidente da Câmara esclareceu que o Município recorreu a empréstimos relativamente à parte não comparticipada do QREN e que necessitava do visto do Tribunal de Contas. Afirmando de seguida que todas estas comparticipações foram asseguradas pelo orçamento municipal.

Novamente no uso da palavra o eleito António Xavier questionou o executivo sobre qual teria sido o destino a dar a esta fatia do orçamento municipal, caso os empréstimos tivessem sido autorizados.

Como não existiam mais pedidos de intervenção, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta apresentada neste oitavo ponto da ordem de trabalhos.

No que Sofia

Deliberação: Aprovada por maioria com dezassete votos a favor da CDU e onze abstenções do PS, PSD e CDS.

9º. Ponto – Proposta de Regulamento Geral de Taxas e Licenças Municipais/2014

Interveio a Sra. Presidente da Câmara para afirmar que de acordo com os novos procedimentos da indústria responsável e do Licenciamento Zero houve necessidade de adaptar tanto o Regulamento Geral como a Tabela de Taxas, sendo a proposta hoje aqui apresentada.

E dado não haver mais intervenções, foi o documento colocado à votação.

Deliberação: Aprovada por maioria com vinte e seis votos a favor da CDU, PS e PSD e uma abstenção do CDS.

10º. Ponto – Proposta de Mapa de Pessoal/2014

A Sra. Presidente da Câmara apresentou a proposta, dizendo que o documento contabiliza apenas o número de postos de trabalhos, não o número de trabalhadores, mediante as imposições relacionadas com a redução na contratação, com algumas exceções.

A eleita Sónia Ferro questionou de seguida o executivo sobre o número de trabalhadores e de postos de trabalho que tem o Município.

Em resposta, a Sra. Presidente afirmou que a Câmara tem trezentos e cinquenta e dois trabalhadores, estando previstos no documento trezentos e sessenta e dois postos de trabalho.

Pedindo de novo a palavra o eleito António Xavier para questionar sobre qual a razão para os custos com Pessoal serem este ano mais elevados apesar do decréscimo do número de trabalhadores.

A Sra. Presidente da Câmara deu a justificação que se prende com o aumento do valor dos descontos da entidade empregadora para a Caixa Geral de Aposentações.

E não havendo mais intervenções a realizar a Sra. Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta apresentada.

Deliberação: Aprovada por maioria com dezassete votos a favor da CDU e onze abstenções do PS, PSD e CDS.

11º. Ponto – Proposta de nomeação de Revisor Oficial de Contas

A Sra. Presidente da Câmara informou que a Lei das Finanças Locais impõe a obrigatoriedade de, a partir de um de Janeiro, os Municípios terem de nomear um Revisor Oficial de Contas, não sendo necessário nenhum procedimento prévio, pelo que se propõe a esta Assembleia que delibere sobre a nomeação desta sociedade, uma das três propostas apresentadas ao Município.

Pediu a palavra o eleito António Xavier solicitando mais alguns dados sobre a referida Sociedade.

Também a eleita Sónia Ferro, referiu que se justificava um maior rigor na apresentação da proposta em análise, pois apesar de ter realizado algumas pesquisas, ainda assim, considera que os eleitos nesta Assembleia deveriam ser devidamente esclarecidos.

Pediu a palavra o eleito José Carlos Zorrinho informando que os eleitos do PS se irão abster da votação desta proposta, pelas razões já apresentadas e que têm a ver com a falta de conhecimento para poder avaliar a proposta.

Como esclarecimento sobre as dúvidas colocadas, a Sra. Presidente da Câmara informou que o Município possui toda a documentação relativa a cada uma das sociedades contactadas, solicitando à Sra. Presidente da Assembleia o envio, a todos os eleitos, do Curriculum da Sociedade que faz parte da proposta apresentada.

E não havendo mais questões sobre esta proposta, foi colocada à votação pela Sra. Presidente da Assembleia Municipal.

Deliberação: Aprovada por maioria com dezassete votos a favor da CDU, um voto contra do CDS e 10 abstenções do PS e PSD.

12º. Ponto – Informação da Atividade da Câmara Municipal

Sobre este ponto a Sra. Presidente da Câmara Municipal referiu não ter mais informações a prestar.

Logo após foi analisada a proposta de calendarização de reuniões para o ano de 2014. Foi seguidamente lida a minuta da ata e colocada à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade.

A Sra. Presidente informou os eleitos que têm um seguro no desempenho destas funções, cuja documentação poderá ser consultada nos serviços da Assembleia.

A Sra. Presidente deu a sessão por encerrada era uma hora e quarenta minutos, do dia vinte e oito de Dezembro de dois mil e treze.

A Presidente da Assembleia Municipal



Profª. Vitalina Roque Sofio